

## A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO SETOR DE COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MINEIRA.

Alessandra de Souza Dias<sup>1</sup>, Karina Soares Carvalho<sup>1</sup>, Léia Cristina Luciano<sup>1</sup>, Carina Marciela Mews<sup>2</sup>

1. Estudante de TCC de Administração da Faculdade Cenecista de Sete Lagoas

2. Orientadora de TCC da Administração da Faculdade Cenecista de Sete Lagoas

### Resumo:

A sociedade contemporânea tem mais possibilidade de obter acesso à informação e conhecimento, por conseguinte cobra um desempenho ético nos serviços públicos, fato este que tem sofrido muitas críticas da sociedade. O presente estudo teve como objetivo evidenciar a importância da ética no setor de compras na administração pública e discutir a postura ética do comprador no combate e prevenção da corrupção nas licitações. Foram realizadas duas entrevistas aplicadas a um pregoeiro em uma instituição pública estadual e um advogado. Pelo estudo concluiu-se que ser ético é uma conduta indispensável aos profissionais que trabalham nos serviços públicos, ter ética é um dever básico, a falta de uma postura ética e princípios morais impactam não somente nas compras públicas, mas em toda a cadeia de suprimentos, uma vez que as compras e aquisições afetam todo o fluxo de produtos e serviços adquiridos.

**Palavras-chave:** Compras públicas; Licitações; Princípios morais.

### Introdução:

Para que a Administração Pública efetue qualquer tipo de contratação de obras ou serviços, torna-se preciso que siga um rito processual (FERREIRA, 2013).

Ballou (2006) afirma ser fundamental um gerenciamento eficiente da cadeia de suprimentos e mais especificamente na função de compras que é uma das funções mais importantes da área de suprimentos. Quando se fala em cadeia de suprimentos e compras a licitação é um dos elementos mais importantes. Para Motta (1999) a licitação está ligada à ideia de oferecer, arrematar, fazer preços sobre as coisas, disputar e concorrer.

As compras da Administração Pública Federal movimentaram R\$28,9 bilhões em 2015 segundo o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG). A modalidade licitatória mais utilizada foi o pregão eletrônico, com 10.737 procedimentos, à vista desses dados é muito importante que a Administração Pública invista em ações e qualificação técnica dos servidores envolvidos diretamente e indiretamente com os processos licitatórios, por meio de cursos voltados para a área, atividades educativas baseadas na prevenção a corrupção, palestras entre outros, a fim de evitar problemas associados à falta de ética nas licitações. A ética deve estar presente em todos os setores. A ética no setor de compras é crucial, pois a sua falta pode originar grandes problemas como a corrupção. No setor de compras o problema de falta de ética aflora com maior veemência, devido aos grandes valores monetários que estão envolvidos na grande maioria de vezes (ALTO; PINHEIRO; ALVES. 2009). O objetivo principal desta pesquisa é evidenciar a importância da ética no setor de compras na Administração Pública e discutir a postura ética do comprador no combate e prevenção da corrupção nas licitações.

### Metodologia:

Para a coleta de dados foram utilizadas duas entrevistas individuais, respectivamente

com o Sr. Paulo Henrique Ramires de Oliveira, Administrador, servidor Público com função de Pregoeiro e Presidente de Comissão de Licitação e o Sr. Antônio Carlos Marques, Advogado, Mestre em Administração e professor na área de Ética e Legislação Profissional.

### Resultados e Discussão:

Foi perguntado ao pregoeiro entrevistado sobre os problemas associados à falta de ética no setor de compras, e o mesmo respondeu que “a corrupção é o principal problema associado à falta de ética nos processos licitatórios, mas não é o único, existe o conflito de interesses que é quando o comprador conhece as empresas fornecedoras e se beneficia do conhecimento que detém para influenciar a compra”.

O comprador pode ajudar os agentes fiscalizadores a garantir o cumprimento da lei ao colocar os interesses públicos acima dos individuais e até mesmo da hierarquia, o que pe orientador pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, decreto 1.171 (BRASIL, 1994).

Dos problemas relacionados às irregularidades nos processos licitatórios o pregoeiro explicou que todos os processos de compra dos municípios, estado ou união são auditados pelos tribunais de contas da união e do estado e câmaras municipais que cruzam informações entre procuradores e conselheiros para identificar desvios de conduta referentes ao processo. Em Minas Gerais existem dois órgãos fiscalizadores que são o tribunal de contas estadual e auditorias seccionais dos próprios órgãos. As auditorias são feitas anualmente principalmente nos órgãos que movimentam maiores volumes monetários.

Foi perguntado também sobre como é tratada a questão dos servidores públicos para a função de comprador. Os compradores estaduais são indicados pelos órgãos competentes do Estado, geralmente pessoas que já trabalham na área e treinados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) que oferece o curso de formação de pregoeiros, onde são desenvolvidas as capacidades técnicas necessárias para o exercício da função.

Para minimizar a ocorrência de fraudes no processo licitatório o estado segue o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, Lei Estadual 869 (1952).

Para identificar o perfil ético do comprador foi realizada uma entrevista com o advogado Antonio Carlos Marques. Ele

explicou que o comprador ético é o indivíduo que, antes de preocupar-se com a lucratividade da empresa, busca informar e analisar sobre o comportamento de seus fornecedores, observando itens como: qualidade, preocupação para com o meio ambiente, para com o cumprimento de suas obrigações sociais e tributárias. É inaceitável, por exemplo, o estado comprar de uma empresa que não cumpre suas obrigações legais, que polua o meio ambiente ou que esteja em débito com a união. Todas as operações devem ser pautadas na verdade e na transparência. “Nenhum estado pode crescer e estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma nação” (BRASIL, 1994).

Foi perguntado ainda sobre como a ética pode influenciar no setor de compras e foi respondido que “Uma vez que o setor de compras empresarial desenvolve suas atividades dentro dos princípios éticos, não se limitando apenas na lucratividade, a ética acaba por influenciar o setor de forma a determinar que o setor de compras, venha a adquirir produtos e serviços de fornecedores éticos e responsáveis, agregando valores à sua imagem, assim como na fidelização de seus clientes”. Já que para Heinritz e Farrell (1983) o comprador tem o dever ético, para com a sua empresa, de garantir que esta não apenas mereça, mas, obtenha, em sua esfera de atividades, o reconhecimento de fazer negócios estritamente corretos.

Embora o ser humano possua condições de agir com ética, é preciso aprendê-la. Não basta conhecer o que é legal, mas o que é justo e injusto, honesto e desonesto porque embora a lei e a moral sirvam para disciplinar o comportamento em sociedade, não são a mesma coisa. A lei tem caráter coercitivo, e se impõe sobre a vontade do indivíduo e a moral é intrínseca, o indivíduo precisa internalizá-la e se identificar com ela para que possa exercê-la.

É preciso entender que a moral tem caráter heterogêneo e que tem significados diferentes nos indivíduos, portanto só informação e punição são insuficientes para disseminar o comportamento ético aos compradores públicos, é preciso investir em atividades pedagógicas, a fim de promover novos valores, novos conceitos que gerarão novas posturas e melhores relações entre a população e os serviços públicos.

## Conclusões:

Trabalhar para construir uma cultura ética dentro dos órgãos e instituições públicas para que assim a sociedade tenha conhecimento que nem todo servidor público é desonesto e incorruptível e voltará a acreditar na eficiência e eficácia dos serviços públicos. A mudança que se a sociedade espera na Administração pública deve acontecer de forma gradativa, é muito importante que aconteça uma transformação cultural dentro de toda a estrutura institucional da Administração Pública, é necessária uma reavaliação das tradições, valores morais e pedagógicos.

## Referências bibliográficas

ALTO, C. F. M.; PINHEIRO, A. M.; ALVES, P. C. **Técnicas de compras**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: logística empresarial. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil de Poder Executivo Federal**. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

FERREIRA, V.C.P. **Administração Pública Contemporânea**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

HEINRITZ, S. F.; FARRELL, P. V. **Compras**: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 1983.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos**. Belo Horizonte: Del Rey Limitada, 1999.